

A. I. N° - 274068.0026/02-3
AUTUADO - INCARPOL INDÚSTRIA DE CARROCERIAS E PORTAS LTDA.
AUTUANTE - CRYSTIANE MENEZES BEZERRA
ORIGEM - INFAZ CAMAÇARI
INTERNET - 25.03.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0076-01/03

EMENTA: ICMS. 1. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS, POR NÃO TER SIDO INCLUÍDO O FATURAMENTO DA MATRIZ NA DETERMINAÇÃO DA RECEITA BRUTA AJUSTADA DA FILIAL. Calcula-se a receita bruta global, ajustada de todos os estabelecimentos unicamente para efeitos de definição da natureza do contribuinte, ou seja, para se saber se ele é microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante. Entretanto, para fins de cálculo do imposto a ser pago por cada estabelecimento, interessa tão-somente o volume dos negócios por ele efetuados. No ICMS prevalece o princípio da autonomia dos estabelecimentos. O parágrafo único do art. 387-A prevê, expressamente, que o ICMS será apurado por estabelecimento. 2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO. Fato reconhecido pelo sujeito passivo. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 6/12/02, diz respeito aos seguintes fatos:

1. recolhimento de ICMS efetuado a menos, na condição de empresa de pequeno porte enquadrada no SimBahia, fato apurado incluindo-se o faturamento da matriz para determinação da receita bruta ajustada. Imposto lançado: R\$ 8.991,90. Multa: 50%;
2. falta de recolhimento de ICMS devido por antecipação, relativamente a aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária. Imposto lançado: R\$ 2.863,01. Multa: 60%.

O autuado apresentou defesa apenas para o item 1º do procedimento. Transcreve o dispositivo apontado pela autuante como fundamento da autuação – art. 384-A, § 4º, do RICMS/97 –, concluindo que, pela simples leitura do § 4º fica claro que a receita bruta ajustada global serve, unicamente, para delimitar o enquadramento das microempresas e das empresas de pequeno porte no SimBahia. Comenta que os incisos I e II do art. 384-A se referem à receita bruta ajustada do ano anterior, portanto, para determinar a “alíquota”, conforme estabelece o art. 387-A.

A auditora responsável pelo procedimento rebate que a legislação deve ser interpretada de forma sistêmica. Considera que o § 4º determina que na mensuração da receita bruta anual ajustada deve ser levada em conta a receita bruta global ajustada de todos os estabelecimentos. Assim, os

limites estabelecidos no art. 384-A também são aplicados para definir qual o nível da empresa de pequeno porte. A seu ver, o § 10 do art. 384-A ratifica este entendimento, pois prevê que o enquadramento no SimBahia é efetuado com base no CNPJ básico, de modo que, no caso de empresa com mais de um estabelecimento, todos devem se enquadrar na mesma condição, sendo que a microempresa poderá ter estabelecimentos com faixas distintas, levando-se em consideração a receita bruta ajustada ou o volume de compras de cada estabelecimento. Conclui que, se todos os estabelecimentos devem ser enquadrados na mesma condição, todos devem ter a mesma “alíquota”, pois o § 10 só abre exceção para as microempresas. A auditora considera que o intuito do SimBahia é tratar o “grupo de empresas” como uma única instituição, de modo que a mesma “alíquota” se aplica sobre todo o faturamento do “grupo”. Declara manter integralmente o lançamento.

VOTO

Concordo com a nobre auditora que um bom critério de interpretação é o lógico-sistemático. Porém no caso em exame a fiscalização está pretendendo conjugar dispositivos que tratam de situações distintas. O art. 384-A cuida de uma coisa; o art. 387-A cuida de outra.

Com efeito, o art. 384-A estabelece os critérios a serem observados para se saber se uma empresa pode ou não ser enquadrada no SimBahia. O § 4º do artigo em referência prevê que, se a empresa tiver mais de um estabelecimento, ainda que em outra unidade da Federação, para se mensurar a receita bruta ajustada, de modo a se saber se ela deve ser enquadrada como microempresa (inciso I do *caput*), como empresa de pequeno porte (inciso II) ou como ambulante (inciso III), leva-se em conta a receita bruta global ajustada de todos os estabelecimentos, não importando se do mesmo ou se de diversos ramos de atividades econômicas.

Porém a receita bruta global ajustada de todos os estabelecimentos só interessa para efeitos de definição da natureza do contribuinte, ou seja, para se saber se ele é microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante. Entretanto, para fins de cálculo do imposto a ser pago, não interessa mais o montante global das operações, porém tão-somente o volume de negócios de cada estabelecimento isoladamente. Isso é mais que evidente, haja vista que o § 4º do art. 384-A se reporta à receita de estabelecimentos porventura situados em outras unidades da Federação. Jamais operações realizadas por estabelecimentos situados em outros Estados poderiam ser tributadas pela Bahia. Insisto neste ponto: o propósito de se somar a receita global dos estabelecimentos, inclusive daqueles situados em outros Estados, não é para efeitos de cálculo do imposto, mas unicamente para se estabelecer a natureza da empresa, ou seja, para se saber se se trata de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de ambulante.

Estou certo de que, uma vez definido o tipo de empresa e feito o seu enquadramento, a partir daí, no cálculo do imposto, leva-se em consideração o faturamento bruto ajustado de cada estabelecimento, isoladamente considerado. Se se trata de microempresa, o imposto devido por cada estabelecimento calcula-se na forma do art. 386-A. Em se tratando de empresa de pequeno porte, segue-se a regra dos arts. 387-A e 388-A. Aos ambulantes aplica-se a norma do art. 389-A.

Neste caso, a auditora reconstituiu os valores devidos pela filial incluindo o faturamento da matriz. Para que não reste dúvida quanto ao entendimento errôneo, *data venia*, da nobre auditora, de que o cálculo do imposto deveria levar em conta a soma dos faturamentos dos estabelecimentos da empresa, chamo a atenção para as regras do parágrafo único do art. 386-A e do parágrafo único do art. 387-A, em que, com todas as letras, é dito que “O ICMS será apurado por estabelecimento...”. O fato de essa expressão ter sido acrescida pela Alteração nº 21 não tem importância, pois se trata de um adendo esclarecedor, que diz o óbvio. Mesmo que o

Regulamento não dissesse, é evidente que o cálculo do imposto só pode ser feito por estabelecimento. No ICMS prevalece o princípio da autonomia dos estabelecimentos, expresso no art. 42 do RICMS/97.

O débito do item 1º do Auto de Infração deve ser excluído.

O item 2º não foi impugnado pelo sujeito passivo.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **274068.0026/02-3**, lavrado contra **INCARPOL INDÚSTRIA DE CARROCERIAS E PORTAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 2.863,01**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, devendo ser homologada a quantia já paga.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de março de 2003.

CLARICE ANÍZIA MAXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA